



Concurso Público para provimento dos cargos efetivos de servidores
do Poder Judiciário do Estado do Acre

ANALISTA JUDICIÁRIO - DIREITO (ÁREA JUDICIÁRIA)

CADERNO DE QUESTÕES

12/05/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 05
Raciocínio Lógico e Matemático	06 a 10
Noções de Informática	11 a 15
Legislação	16 a 20
Conhecimentos Específicos do Cargo	21 a 60
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Abrace mais quem você ama.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

Leia o Texto 1 para responder às questões de 01 a 03.

Texto 1

Paridade de gênero nas prefeituras do Brasil pode demorar até 144 anos para ser atingida, diz estudo

A igualdade de gênero em prefeituras brasileiras pode demorar mais de um século para ser atingida, segundo o relatório “Desigualdade de Gênero e Raça na Política Brasileira”, feito pelo Instituto Alziras e pelo Oxfam Brasil. O levantamento mostra que esse deve ser um desafio pelos próximos 144 anos se mantido o mesmo ritmo de eleição de homens e mulheres.

O levantamento tem como base os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que quantificam o perfil das candidaturas e das pessoas eleitas para o poder Executivo e Legislativo municipal com recorte de gênero e raça. Foram analisados os anos eleitorais de 2016 e 2020.

Embora sejam a maioria da população brasileira e acumulem mais anos de estudo que os candidatos homens, as mulheres representaram menos de 14% das candidaturas a prefeituras no Brasil em 2020, segundo o relatório. Em 2016, eram 13% de candidatas mulheres ao Executivo.

No Legislativo, o cenário é de mais representatividade devido à Lei de Cotas e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), ambos em vigor desde 2020, que determinam que os partidos preencham ao menos 30% de suas vagas com mulheres e destinem o mesmo percentual para custear as campanhas dessas candidatas.

Como resultado, as Câmaras registraram um número equivalente a 35% de candidaturas femininas para vereadoras em 2020, com acesso a 32% da receita destinada à campanha. Em 2016, eram 32,5% de candidatas mulheres, com 21% do total da receita.

PUENTE, Beatriz. *Paridade de gênero nas prefeituras do Brasil pode demorar até 144 anos para ser atingida, diz estudo*. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/paridade-de-genero-nas-prefeituras-do-brasil-pode-demorar-ate-144-anos-para-ser-atingida-diz-estudo/>>. Acesso em: 26 mar. 2024. [Adaptado].

QUESTÃO 01

Com base nas informações e nos dados expostos no excerto textual, que é parte de uma notícia acerca de um tema de interesse social, infere-se que

- (A) o princípio da participação igualitária de gênero na política do Brasil jamais deverá se efetivar por completo.
- (B) a inclusão ativa das mulheres nos espaços de poderes políticos decisórios poderá se dar com morosidade.
- (C) a desigualdade entre homens e mulheres na participação dos poderes políticos brasileiros é um caso irresolúvel.
- (D) o déficit democrático de participação feminina na política do Brasil se perpetuará no protagonismo masculino.

QUESTÃO 02

Considerando a construção de sentido do texto, a palavra “paridade” deriva-se de um

- (A) numeral divisível por dois cujo antônimo é “ímpar”.
- (B) substantivo que se refere à noção de “dupla” ou “parelha”.
- (C) adjetivo que denota “simetria” ou “similaridade” de dois lados.
- (D) substantivo usado para nomear um profissional equiparado a outro.

QUESTÃO 03

No terceiro parágrafo, as duas primeiras orações possuem uma relação de coordenação e, juntas, estabelecem com a última oração do período sintático uma relação semântica de

- (A) concessão.
- (B) condição.
- (C) consequência.
- (D) conformidade.

RASCUNHO

Leia o Texto 2 para responder às questões 04 e 05.

Texto 2



Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/campanha-do-cnj-enfatiza-o-papel-da-justica-para-as-diferentes-demandas-das-mulheres/>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

QUESTÃO 04

O texto compõe uma campanha publicitária e, ao combinar uma linguagem não verbal com uma linguagem verbal, tem como finalidade discursiva principal

- (A) divulgar um trabalho artístico fotográfico que, com foco na diversidade, retrata diferentes tipos físicos e culturais de mulheres.
- (B) vender marcas e produtos de consumo exclusivo de mulheres, iguais na essência, mas diferentes nas necessidades comerciais.
- (C) promover a imagem positiva de uma instituição pública, expondo a maneira como ela enxerga cada mulher e suas demandas.
- (D) prescrever, com didatismo, métodos legais de prevenção contra a violência familiar e conjugal em geral.

QUESTÃO 05

A partir da análise morfossintática e semântica das frases “Cada mulher, uma demanda. Por todas, a justiça.”, é possível inferir que as formas verbais subentendidas na mensagem publicitária são, respectivamente,

- (A) “emprega” e “pensa”.
- (B) “precisa” e “trata”.
- (C) “inclui” e “padece”.
- (D) “possui” e “age”.

RASCUNHO

QUESTÃO 06

Considere a seguinte afirmação: Se nasceu no Acre é acriano e se nasceu no Brasil é brasileiro. Sua negação é:

- (A) nasceu no Acre e não é acriano ou nasceu no Brasil e não é brasileiro.
- (B) não nasceu no Acre e é acriano ou não nasceu no Brasil e é brasileiro.
- (C) nasceu no Acre ou não é acriano e nasceu no Brasil ou não é brasileiro.
- (D) não nasceu no Acre e é acriano e não nasceu no Brasil e é brasileiro.

QUESTÃO 07

Uma urna contém 10 bolas brancas, 15 bolas pretas e n bolas azuis. Uma bola será retirada ao acaso. Qual deve ser o valor de n para que a probabilidade dessa bola ser branca seja igual a $1/10$?

- (A) 70.
- (B) 75.
- (C) 80.
- (D) 85.

QUESTÃO 08

Um restaurante oferece uma promoção em que o cliente paga R\$ 70,00 e tem direito a escolher uma entrada, um prato principal e uma sobremesa. No cardápio há três opções de entrada, quatro opções de prato principal e duas opções de sobremesa. De quantas maneiras uma pessoa pode escolher uma entrada, um prato principal e uma sobremesa?

- (A) 8.
- (B) 12.
- (C) 16.
- (D) 24.

QUESTÃO 09

Um capital é aplicado a juros compostos durante 4 anos à taxa de 10% ao ano. Ao final dos quatro anos, o montante obtido foi de R\$ 14.641,00. Qual era o valor da aplicação ao final do segundo ano?

- (A) R\$ 10.600,00.
- (B) R\$ 11.000,00.
- (C) R\$ 12.100,00.
- (D) R\$ 13.310,00.

QUESTÃO 10

A posologia de um antitérmico consiste em 2 gotas do medicamento por 4 kg de massa corporal a cada 6 horas. Se uma pessoa tomou 40 gotas do medicamento a cada 6 horas, sua massa corporal é

- (A) 75 kg.
- (B) 80 kg.
- (C) 85 kg.
- (D) 90 kg.

RASCUNHO

QUESTÃO 11

Observe a tabela a seguir.

	A	B	C
L1	3	4	5
L2	6	3	7
L3	6	4	7

Elaborado pelo(a) autor(a).

As planilhas eletrônicas facilitam o processamento de tabelas de dados. No caso acima é utilizada uma função para determinar uma informação específica, cujo resultado na linha três é A= 6, B= 4 e C= 7. Qual é a função do Excel, programa da Microsoft, que retorna estas informações?

- (A) MATRIZ.MULT
- (B) MAIOR
- (C) SOMA
- (D) MATRIZ.DETERM

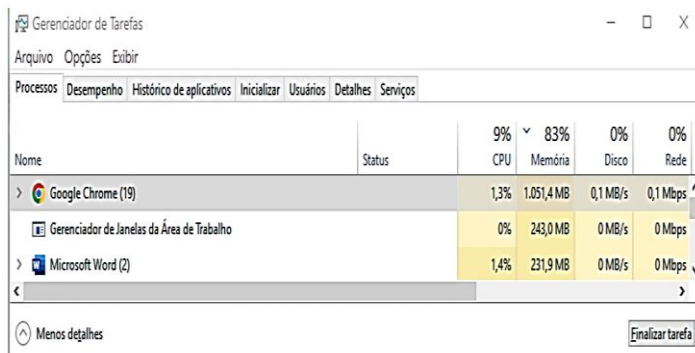
QUESTÃO 12

Os sistemas operacionais (SO) diferem entre si em nomenclaturas e nomes dados aos seus programas. Por exemplo: A Microsoft Office chama o escritor de textos de "Microsoft Word", já o LibreOffice chama de *Writer*. Se você, usuário do TJ – Acre, for utilizar no SO LibreOffice um editor de imagem, utilizará o

- (A) CALC.
- (B) IMPRESS.
- (C) MATH.
- (D) DRAW.

QUESTÃO 13

Observe a imagem a seguir.



Elaborado pelo(a) autor(a).

No sistema operacional (SO) Windows 10 é possível interromper a execução de um programa por estar consumindo muita memória ou processamento da CPU, nesse caso o procedimento a ser realizado é

- (A) selecionar o programa que quer interromper e dar *click* na opção "inicializar" na barra de ferramentas superior.
- (B) selecionar todos os programas que estão executando e dar clic em "detalhes", na barra superior.
- (C) selecionar o programa que quer interromper e dar *click* na opção "finalizar tarefa", no canto inferior direito.
- (D) selecionar o programa e dar *click* na opção "quadrado" das opções de manipulação da janela na parte superior direita.

QUESTÃO 14

Os navegadores de internet são aplicativos que permitem ao usuário consultar informações em diferentes sítios de internet. Também é possível encontrar neles buscas realizadas em diferentes momentos. A forma adequada de encontrar buscas anteriores no Google Chrome, por exemplo, é acessando o atalho

- (A) CTRL + H
- (B) CTRL + SHIFT + S
- (C) CTRL + S
- (D) CTRL + P

QUESTÃO 15

A compactação de arquivos é utilizada para reduzir o tamanho de arquivos que serão ou não armazenados, transportados ou enviados para outros usuários. Existem então diferentes aplicações que realizam estes tipos de operações. As aplicações mais utilizadas são:

- (A) WinRaR e Paint.
- (B) WinRaR e WinZip.
- (C) Winzip e Google Chrome.
- (D) WinZip e Calc.

QUESTÃO 16

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, considera-se decisão coordenada a instância de natureza

- (A) interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.
- (B) uninstitucional ou unisetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.
- (C) interinstitucional ou intersetorial que atua de forma centralizada com a finalidade de burocratizar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.
- (D) plurinstitucional ou plurisetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação assíncrona de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente.

QUESTÃO 17

Leia o caso a seguir.

Um cidadão brasileiro, empregado e que recebe remuneração valor mensal elevada requer ao estado do Acre informações a respeito dos gastos em investimentos financeiros do estado referentes ao mês de abril de 2024. O servidor do estado do Acre disponibiliza as informações requeridas ao cidadão por meio de um pen-drive que custa R\$ 10 reais, entrega-o ao cidadão e emite uma certidão do ato.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Nesse caso, o cidadão brasileiro que requereu as informações

- (A) está dispensado de ressarcir o estado em nenhum valor porque toda informação é pública e gratuita.
- (B) deve ressarcir o estado no valor do pen-drive e pagar a taxa correspondente à emissão de certidão.
- (C) deve ressarcir o estado no valor do pen-drive, estando dispensado de pagar o valor da certidão.
- (D) está dispensado ressarcir o estado no valor do pen-drive e da certidão, mas pagar o imposto correspondente ao ato.

QUESTÃO 18

De acordo com o Decreto nº 7.724/2012, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que tem como função a guarda do sigilo das informações públicas, aprovará seu regimento interno que disporá sobre

- (A) o grau de sigilo de informações, por maioria relativa dos seus membros.
- (B) sua organização e funcionamento, por maioria relativa dos seus membros.
- (C) sua organização e funcionamento, por maioria absoluta dos seus membros.
- (D) o grau de sigilo de informações, por maioria absoluta dos seus membros.

QUESTÃO 19

Leia o caso a seguir.

Uma pessoa é filha de pai e mãe brasileiros, e nasceu em Portugal enquanto os pais estavam no país lusitano à serviço do Estado Brasileiro.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Nesse caso, no que tange à nacionalidade definida na Constituição Federal, essa pessoa é

- (A) brasileira nata.
- (B) brasileira naturalizada.
- (C) portuguesa.
- (D) apátrida.

RASCUNHO

QUESTÃO 20

O processo licitatório é um processo burocrático que envolve várias etapas e órgãos voltados para a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública. No contexto da Lei nº 14.133/2021, a Alta Administração é composta pelo órgão ou entidade responsável pela

- (A) realização do controle externo que deve implementar sindicâncias ou outros processos fiscalizatórios para aprimoramento de padrões de controles externos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos.
- (B) fiscalização das contratações que deve implementar grupos de trabalhos temáticos para aprimoramento de padrões de controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos.
- (C) elaboração de normas gerais das contratações que deve implementar o planejamento estratégico, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos.
- (D) governança das contratações que deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 21

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, por meio de súmula vinculante, tem competência para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial

- (A) a União.
- (B) o Município.
- (C) os Estados e o Distrito Federal.
- (D) a União, os Estados e o Distrito Federal.

QUESTÃO 22

A Lei Federal nº 9.868/1999 dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Em relação à ação direta de inconstitucionalidade, a decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo

- (A) será tomada somente se presentes na sessão pelo menos oito ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) será concedida com efeito *ex tunc*, salvo se o Supremo Tribunal Federal, por maioria absoluta de seus membros, entender que deva conceder-lhe eficácia a partir do julgamento ou de outro momento que venha a ser fixado.
- (C) é irrecurável, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, de ação rescisória e reclamação.
- (D) tem eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.

RASCUNHO**QUESTÃO 23**

No âmbito do processo legislativo, de acordo com a Constituição do Acre, de 1989, a iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembleia Legislativa

- (A) de projeto de lei de organização judiciária do Estado do Acre, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em, pelo menos, cinco Municípios, com três por cento de eleitores de cada um dos Municípios subscritores.
- (B) de projeto de lei que disponha sobre matéria tributária ou orçamentária, subscrito por entidades sindicais legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas dos eleitores, cujo número será definido por lei complementar.
- (C) de projeto de lei complementar ou ordinária, subscrito por, no mínimo, três por cento do eleitorado estadual, distribuído em, pelo menos, cinco Municípios, com um por cento de eleitores de cada um dos Municípios subscritores.
- (D) de emenda constitucional e projeto de lei, subscrito por entidades associativas legalmente constituídas, que se responsabilizarão pela idoneidade das assinaturas dos eleitores, cujo número será definido por lei complementar.

QUESTÃO 24

A Lei Federal nº 9.882/1999 dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal de 1988. A arguição de descumprimento de preceito fundamental será proposta perante o Supremo Tribunal Federal quando tenha por objeto

- (A) demonstrar que a falta de norma regulamentadora do órgão legislador competente torne inviável o exercício de preceitos fundamentais relacionados aos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (B) comprovar lesão ou ameaça de lesão aos preceitos fundamentais, para proteger direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (C) evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público, ou quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.
- (D) assegurar o preceito fundamental ao conhecimento de informações de interesse de pessoa ou da sociedade, constantes de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso.

QUESTÃO 25

Em relação aos direitos políticos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, os atos de improbidade administrativa, nos termos do seu art. 37, § 4º, importarão a

- (A) cassação dos direitos políticos.
- (B) perda dos direitos políticos.
- (C) suspensão dos direitos políticos.
- (D) revogação dos direitos políticos.

QUESTÃO 26

Em hipótese de lei ou ato normativo estadual que viole norma da Constituição do Estado do Acre de 1989, que, por sua vez, é de reprodução obrigatória ou compulsória da Constituição Federal de 1988, de acordo com o disposto nos referidos textos constitucionais, o Procurador-Geral da Justiça do Estado do Acre poderá propor uma ação direta de inconstitucionalidade perante o

- (A) Supremo Tribunal Federal, em face da Constituição Federal.
- (B) Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em face da Constituição Federal.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado do Acre, em face da Constituição Estadual.
- (D) Tribunal de Justiça do Estado do Acre e o Supremo Tribunal Federal, respectivamente, em face da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

QUESTÃO 27

Em relação às limitações do poder de tributar instituídas na Constituição Federal de 1988, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios

- (A) exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça, podendo instituir empréstimos compulsórios, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- (B) atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- (C) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos templos de qualquer culto e das entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes de educação e de assistência social.
- (D) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

QUESTÃO 28

Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988 sobre a intervenção federal, um determinado Estado da Federação, para não violar um princípio constitucional sensível, deverá aplicar, anualmente,

- (A) vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (B) quinze por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de assistência social e à saúde.
- (C) trinta e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, nas ações e serviços públicos de seguridade social.
- (D) dezoito por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

QUESTÃO 29

Os contratos administrativos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021, denominada Lei de Licitações e Contratos Administrativos, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração Pública, quando

- (A) houver razões de interesse público no equilíbrio econômico-financeiro do contrato e da garantia de execução.
- (B) houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos.
- (C) for necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- (D) for necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado sem a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado.

QUESTÃO 30

A Lei Federal nº 13.655/2018 inclui, no Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do Direito Público. De acordo com a referida lei, em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas

- (A) as origens sociais e causas de prejuízo ao erário em caso de dolo ou erro grosseiro na conduta dos gestores.
- (B) as opiniões técnicas ou valores jurídicos abstratos em caso de políticas públicas aplicadas às populações vulneráveis.
- (C) as circunstâncias dos atos discricionários e de improbidade administrativa que atentam contra os princípios constitucionais da administração pública.
- (D) as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

QUESTÃO 31

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em um estado brasileiro, a remuneração e o subsídio de servidores públicos estaduais, no âmbito do Poder Executivo, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie,

- (A) do Presidente da República.
- (B) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (C) do Governador do Estado.
- (D) do Presidente do Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 32

A Lei Federal nº 11.079/2004 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com a referida lei, na parceria público-privada, o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens, é considerado um contrato administrativo de concessão na modalidade

- (A) comum.
- (B) patrocinada.
- (C) administrativa.
- (D) integrada.

QUESTÃO 33

De acordo com o art. 165 da Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual são os principais instrumentos de planejamento orçamentário dos governos. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, no âmbito da União, a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada,

- (A) as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (B) as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública e o investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- (C) as metas e prioridades do orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (D) as diretrizes, objetivos e metas do orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

QUESTÃO 34

O Decreto Federal nº 9.203/2017 dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Nesse contexto, o processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos, é considerado, para os efeitos do disposto no Decreto nº 9.203/2017, como

- (A) valor público.
- (B) gestão de riscos.
- (C) melhoria regulatória.
- (D) governança pública.

QUESTÃO 35

A Lei Federal nº 9.637/1998 dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. De acordo com a referida lei, as entidades privadas, para se habilitarem à qualificação de organização social, deverão atender requisitos específicos a serem comprovados no registro de seu ato constitutivo, dispendo sobre

- (A) permissão, no caso de cooperativas, de retorno dos excedentes financeiros ou sobras líquidas do exercício aos seus associados, decorrentes dos contratos de gestão ou termos de parceria com o Poder Público, na forma do estatuto.
- (B) gratuidade dos cargos de sua diretoria e dos conselheiros pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, e não distribuição, por qualquer forma, de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes ou associados.
- (C) fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade e economicidade da gestão, que será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas.
- (D) composição e atribuições da diretoria, e previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.

RASCUNHO**QUESTÃO 36**

Leia o caso a seguir.

Uma sociedade empresarial estrangeira pretende demandar contra uma sociedade empresarial brasileira. Foi firmado contrato para extração, acondicionamento e entrega de matéria-prima pela sociedade empresarial brasileira em local designado no território brasileiro com o fim de posterior exportação pela sociedade empresarial estrangeira. A matéria-prima não foi entregue no prazo ajustado e a sociedade empresarial estrangeira postula perdas e danos. O contrato prevê eleição do foro brasileiro e afasta a discussão de litígio em sede de arbitragem.

Elaborado pelo(a) autor(a)

No caso em tela, considerando a posição majoritária na doutrina e o disposto expressamente na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a aplicação do direito material estrangeiro pela jurisdição brasileira

- (A) depende de previsão expressa no contrato se a obrigação foi constituída na sede da sociedade empresarial brasileira, ainda que desrespeitada forma essencial exigida pela lei brasileira.
- (B) depende de previsão expressa no contrato se a obrigação foi constituída na sede da sociedade empresarial brasileira, desde que respeitada forma essencial exigida pela lei brasileira.
- (C) independe de previsão expressa no contrato se a obrigação foi constituída na sede da sociedade empresarial estrangeira, ainda que desrespeitada forma essencial exigida pela lei brasileira.
- (D) independe de previsão expressa no contrato se a obrigação foi constituída na sede da sociedade empresarial estrangeira, desde que respeitada forma essencial exigida pela lei brasileira.

QUESTÃO 37

O nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome, é um direito da personalidade, assim compreendido nos moldes do Código Civil, com lastro na Constituição Federal. Considerando o teor do Código Civil e da Lei de Registros Públicos, bem como o entendimento consolidado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e nos provimentos do Conselho Nacional de Justiça, é indevida a alteração do nome para

- (A) adequar à identidade de gênero do requerente, independentemente de cirurgia de transgenitalização ou de laudos médicos específicos.
- (B) incluir sobrenome de companheiro, se ausente o registro da união estável no respectivo registro civil de pessoas naturais.
- (C) modificar prenome de forma imotivada, uma única vez, pela via extrajudicial após os dezoito anos.
- (D) incluir sobrenome familiar paterno, após o reconhecimento de paternidade socioafetiva pela via judicial ou extrajudicial.

QUESTÃO 38

Leia o caso a seguir.

Um consumidor adquire um produto de alto valor que apresenta vício redibitório insanável dentro do prazo de garantia legal, desejando postular o ressarcimento integral da quantia paga em juízo. O produto foi vendido pela empresa Y, coligada da empresa X. A empresa Y tem dois sócios, ambos civilmente insolventes, e um administrador não-sócio, civilmente solvente.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Diante da ausência de ativo financeiro da empresa Y apto a indenizar o consumidor, será possível a desconsideração da personalidade jurídica para atingir o patrimônio

- (A) da empresa X, desde que demonstrada sua culpa, e do administrador não-sócio, desde que demonstrado abuso.
- (B) da empresa X, independentemente da demonstração de sua culpa, e do administrador não-sócio, desde que demonstrado abuso.
- (C) da empresa X, desde que demonstrada sua culpa, e do administrador não-sócio, independentemente da demonstração de abuso.
- (D) da empresa X, independentemente da demonstração de sua culpa, e do administrador não-sócio, independentemente da demonstração de abuso.

QUESTÃO 39

Leia o caso a seguir.

Uma pessoa adquire o direito de usar e gozar da totalidade de um bangalô num resort, com exclusividade, por um período de cada ano. Nos demais períodos, o direito de uso e gozo pertence, com exclusividade, a outros adquirentes. O ato é regularmente registrado no cartório de registro de imóveis competente.

Elaborado pelo(a) autor(a).

A situação narrada descreve o denominado condomínio em multipropriedade, sendo direito do adquirente, nos termos do Código Civil,

- (A) usar e gozar da propriedade a qualquer tempo.
- (B) ceder a fração de tempo em locação ou comodato.
- (C) adquirir com preferência as frações dos demais multiproprietários.
- (D) ingressar com ação de extinção do condomínio contra os demais multiproprietários.

QUESTÃO 40

Leia o caso a seguir.

Uma pessoa aluga um imóvel urbano de seu proprietário por prazo determinado. Ao longo do contrato, são realizadas as seguintes benfeitorias: reparo emergencial da tubulação da pia da cozinha, que estourou devido a um problema de pressurização da água da rua, alagando o imóvel; instalação de um box de vidro no banheiro, separando a área molhada da área seca.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Finalizado o período do contrato e nos ajustes de devolução do imóvel, serão indenizadas as benfeitorias:

- (A) reparo da tubulação da pia da cozinha, independentemente de autorização do proprietário, e instalação de um box de vidro no banheiro, desde que autorizada pelo proprietário, sendo nula de pleno direito eventual cláusula expressa de renúncia à indenização por benfeitorias.
- (B) reparo da tubulação da pia da cozinha e instalação de um box de vidro no banheiro, desde que autorizadas pelo proprietário, sendo nula de pleno direito eventual cláusula expressa de renúncia à indenização por benfeitorias.
- (C) reparo da tubulação da pia da cozinha, independentemente de autorização do proprietário, e instalação de um box de vidro no banheiro, desde que autorizada pelo proprietário, salvo se houver cláusula expressa de renúncia à indenização por benfeitorias.
- (D) reparo da tubulação da pia da cozinha e instalação de um box de vidro no banheiro, desde que autorizadas pelo proprietário, salvo se houver cláusula expressa de renúncia à indenização por benfeitorias.

RASCUNHO

QUESTÃO 41

Leia o caso a seguir.

Os pais de um menor se mudaram para outro estado em busca de oportunidades de trabalho. Como o menor estava em idade escolar e habituado ao colégio em que estava matriculado e com sua rotina, decidiram deixá-lo residindo com sua avó, enviando mensalmente recursos para sua manutenção e mantendo contato telefônico diário, bem como realizando visitas. Meses depois e estando o menor bem adaptado, a avó deseja regularizar a situação da guarda.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando o disposto no Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente, a guarda do menor

- (A) poderá ser atribuída à avó, regularizando a situação de fato, havendo perda do poder familiar dos genitores.
- (B) poderá ser atribuída à avó, regularizando a situação de fato, havendo suspensão do poder familiar dos genitores.
- (C) poderá ser atribuída à avó, regularizando a situação de fato, permanecendo o poder familiar dos genitores.
- (D) deverá permanecer com os genitores, conferindo-se procuração à avó para a prática de atos específicos nela descritos.

QUESTÃO 42

Leia o caso a seguir.

Uma pessoa possui patrimônio líquido de R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais), dentro do qual se insere um imóvel residencial no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e ativos financeiros diversos no valor de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando o disposto no Código Civil e na Lei nº 8.009/1990 (Lei do Bem de Família), além das súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a impenhorabilidade do bem de família recairá

- (A) sobre nenhum dos bens descritos, pois deve ser afastado o reconhecimento da família unipessoal como entidade familiar.
- (B) sobre o imóvel e até R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) dos ativos financeiros, desde que assim estabelecido em escritura pública ou testamento, ou apenas sobre o imóvel, independentemente de qualquer ato institutivo voluntário.
- (C) sobre o imóvel, independentemente de qualquer ato institutivo voluntário, salvo se ele for alugado para terceiros, ainda que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da entidade familiar.
- (D) sobre o imóvel e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) dos ativos financeiros, desde que assim estabelecido em escritura pública ou testamento, ou apenas sobre o imóvel, independentemente de qualquer ato institutivo voluntário.

QUESTÃO 43

Leia o caso a seguir.

Uma pessoa ingressa com ação contra uma empresa de telefonia questionando a cobrança de um valor em sua conta e solicitando reembolso, além de dano moral pela cobrança indevida. Ocorre que a cobrança do valor foi reconhecida como válida em sede de incidente de resolução de demandas repetitivas instaurado no respectivo Tribunal de Justiça onde tramita a ação. Estando a petição inicial instruída com prova documental, a qual seria bastante para julgamento considerando se tratar de matéria exclusivamente de direito, dispensando-se a fase probatória, o juiz proferiu sentença de improcedência total do pedido, deixando de citar a empresa ré.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando o disposto no Código de Processo Civil, o magistrado decidiu

- (A) corretamente ao aplicar o instituto da improcedência liminar do pedido, por se tratar de matéria de direito sobre a qual já havia entendimento uniformizado em sede de resolução de demandas repetitivas.
- (B) erroneamente ao aplicar o instituto da improcedência liminar do pedido, por violação ao princípio da não surpresa da decisão, em que pese o efeito regressivo conferido a eventual apelação interposta.
- (C) corretamente ao aplicar o instituto do indeferimento da petição inicial, por se tratar de matéria de direito sobre a qual já havia entendimento jurisprudencial uniformizado em sede de resolução de demandas repetitivas.
- (D) erroneamente ao aplicar o instituto do indeferimento da petição inicial, por violação ao princípio da não surpresa da decisão, em que pese o efeito regressivo conferido a eventual apelação interposta.

QUESTÃO 44

Leia o caso a seguir.

Após a queda de um avião, um grupo de 200 (duzentas) pessoas de familiares de vítimas e de sobreviventes postulou em juízo indenização contra a companhia aérea. Transitada em julgado a sentença que reconheceu o dever de indenizar, iniciou-se a fase de liquidação da sentença. A empresa aérea requereu ao juiz a limitação do litisconsórcio, separando as 200 (duzentas) pessoas em grupos menores e iniciando autos processuais distintos para cada qual dos grupos com o propósito de liquidação individual das indenizações a serem pagas.

Elaborado pelo(a) autor(a).

No caso em tela, a limitação do litisconsórcio é

- (A) indevida, pois deveria ter sido feita na fase de conhecimento.
- (B) devida, pois o litisconsórcio necessário pode ser limitado na fase de liquidação de sentença.
- (C) indevida, pois viola o princípio da demanda e interfere na autonomia das partes.
- (D) devida, pois o litisconsórcio facultativo pode ser limitado na fase de liquidação de sentença.

QUESTÃO 45

Leia o caso a seguir.

Uma pessoa propõe uma ação judicial e, ainda em sede de conhecimento, é determinada a suspensão do processo para aguardar o julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas instaurado no âmbito do Tribunal de Justiça. Ocorre que o caso paradigma tem por objeto controvérsia sobre matéria de direito diversa da que está sendo discutida no âmbito da ação judicial proposta. A pessoa pretende provocar o Tribunal de Justiça a se manifestar sobre a diferença entre os casos e, reconhecendo-a, retirar a suspensão determinada em sede de incidente de resolução de demandas repetitivas, voltando o processo a tramitar em primeiro grau.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando o disposto no Código de Processo Civil e os conceitos básicos da teoria dos precedentes judiciais, a pessoa pretende utilizar a técnica do

- (A) *distinguishing*, adotando-se o procedimento previsto para os recursos extraordinário e especial repetitivos em respeito ao contraditório.
- (B) *overruling*, adotando-se o procedimento previsto para os recursos extraordinário e especial repetitivos em respeito ao contraditório.
- (C) *distinguishing*, adotando-se o procedimento especificamente previsto no Código de Processo Civil para o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- (D) *overruling*, adotando-se o procedimento especificamente previsto no Código de Processo Civil para o incidente de resolução de demandas repetitivas.

QUESTÃO 46

Leia o caso a seguir.

Uma pessoa viúva falece e deixa três filhos, herdeiros necessários: um deles, com dezesseis anos; outros dois são maiores e capazes. Os três irmãos estão de acordo sobre a partilha do espólio. Nenhum dos herdeiros está na posse dos bens deixados. Não foi deixado testamento.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Nesse contexto, o inventário será proposto

- (A) na via judicial, excluída a via extrajudicial, nomeando-se como inventariante qualquer dos três herdeiros sem ordem de preferência.
- (B) na via judicial ou na via extrajudicial, sendo indispensável a representação dos herdeiros por advogado em ambas.
- (C) na via judicial, excluída a via extrajudicial, nomeando-se como inventariante preferencialmente qualquer dos herdeiros maiores e capazes.
- (D) na via judicial ou na via extrajudicial, sendo dispensável a representação dos herdeiros por advogado na via extrajudicial.

QUESTÃO 47

A coisa julgada, que é direito fundamental assegurado expressamente no art. 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal de 1988, consiste na autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso, conforme art. 502 do Código de Processo Civil. A denominada coisa julgada que se opera *secundum eventum litis* no âmbito da tutela processual coletiva encontra amparo

- (A) na Lei de Ação Popular, mas não na Lei de Ação Civil Pública, permitindo a propositura de nova ação em caso de julgamento anterior com resolução do mérito de improcedência por falta de provas.
- (B) na Lei de Ação Popular e na Lei de Ação Civil Pública, permitindo a propositura de nova ação em caso de julgamento anterior com resolução do mérito de improcedência por falta de provas.
- (C) na Lei de Ação Civil Pública, mas não na Lei de Ação Popular, permitindo a propositura de nova ação em caso de julgamento anterior com resolução do mérito de improcedência por falta de provas.
- (D) na Lei de Ação Popular e na Lei de Ação Civil Pública, permitindo a propositura de nova ação apenas em caso de julgamento anterior sem resolução do mérito.

QUESTÃO 48

Leia o caso a seguir.

Uma parte é intimada para efetuar pagamento de quantia certa, em consonância com sentença que determinou indenização por perdas e danos devida à parte contrária em razão de inadimplemento contratual. A sentença, transitada em julgado, reconheceu a validade do contrato firmado entre as partes e, por tal motivo, determinou que a parte inadimplente ressarcisse os prejuízos decorrentes do inadimplemento. Irresignada, a parte intimada pretende apresentar defesa para rediscutir a validade do contrato e afastar o dever de pagamento.

Elaborado pelo(a) autor(a).

No caso em tela, a defesa em sede de tutela executiva a ser apresentada é

- (A) impugnação ao cumprimento de sentença, a qual será rejeitada, pois a matéria não está prevista no rol taxativo do Código de Processo Civil.
- (B) embargos à execução, os quais serão rejeitados, pois a matéria não está prevista no rol taxativo do Código de Processo Civil.
- (C) impugnação ao cumprimento de sentença, a qual será acolhida, pois a matéria está abrangida pelo rol exemplificativo do Código de Processo Civil.
- (D) embargos à execução, os quais serão acolhidos, pois a matéria está abrangida pelo rol exemplificativo do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 49

Leia o caso a seguir.

Uma pessoa transporta, com intenção de venda, quantidade de droga, saindo da cidade de Rio Branco/AC com direção à cidade de La Paz, na Bolívia. Após ser detida pela polícia local da Bolívia e liberada provisoriamente, consegue retornar ao Brasil com uso de transporte clandestino.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando o disposto no Código Penal e o princípio do *ne bis in idem*, a condenação pelo crime de tráfico de drogas e a consequente execução da pena pela jurisdição criminal brasileira no caso em tela poderá ser feito mediante aplicação das regras da

- (A) territorialidade da lei penal, mas fica impedida a denúncia penal do mesmo fato criminoso no Brasil diante de absolvição definitiva no país estrangeiro.
- (B) extraterritorialidade da lei penal, mas fica impedida a denúncia penal do mesmo fato criminoso no Brasil diante de absolvição definitiva no país estrangeiro.
- (C) territorialidade da lei penal, mas fica impedida a denúncia penal do mesmo fato criminoso no Brasil enquanto pendente o julgamento no país estrangeiro.
- (D) extraterritorialidade da lei penal, mas fica impedida a denúncia penal do mesmo fato criminoso no Brasil enquanto pendente o julgamento no país estrangeiro.

QUESTÃO 50

Leia o caso a seguir.

Um homem, sem influência de bebida ou qualquer substância psicoativa, dirige veículo automotor com um amigo no banco de passageiro e, com intuito de exibir suas habilidades a ele, realiza manobras arriscadas de demonstração de perícia em via pública, sem autorização da autoridade competente. As manobras são executadas de forma exímia e precisa, apesar do risco gerado, mas, sentada na sacada de uma casa próxima da via, estava uma mulher cardiopata, a qual se assustou com o barulho das frenagens, o que lhe ocasionou um infarto fulminante e posterior óbito.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Considerando a teoria da imputação objetiva de Roxin, no aspecto da realização do risco no resultado, o homem responderá pelo crime de

- (A) homicídio culposo na direção de veículo automotor, absorvido o crime de direção perigosa.
- (B) direção perigosa em concurso material com homicídio culposo na direção de veículo automotor.
- (C) direção perigosa em concurso formal com homicídio culposo na direção de veículo automotor.
- (D) direção perigosa, pela demonstração de perícia em manobra não autorizada de veículo automotor.

QUESTÃO 51

Leia o caso a seguir.

Um salva-vidas de uma piscina pública observa uma criança se afogar e, acreditando que ela estava brincando com a situação, não age para salvá-la, vindo a criança a falecer em razão do afogamento.

Elaborado pelo(a) autor(a).

No caso em tela, restou configurada a omissão

- (A) própria, respondendo pelo crime de omissão de socorro.
- (B) imprópria, respondendo pelo crime de homicídio doloso.
- (C) própria, respondendo pelo crime de homicídio doloso.
- (D) imprópria, respondendo pelo crime de omissão de socorro.

QUESTÃO 52

Leia o caso a seguir.

Um homem falsificou uma folha de cheque e a depositou no caixa eletrônico de uma agência de banco privado na cidade de Rio Branco/AC, indicando uma agência do mesmo banco na cidade de Acrelândia/AC para que fosse efetuado o depósito do numerário. A folha se destinava ao débito de valores depositados numa outra conta da agência do banco da cidade de Acrelândia/AC, os quais foram pagos.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O homem responderá pelo crime de

- (A) estelionato, absorvida a falsificação de documento público, que deverá ser processado na cidade de Rio Branco/AC.
- (B) falsificação de documento público em concurso formal com estelionato, que deverá ser processado na cidade de Acrelândia/AC.
- (C) estelionato, absorvida a falsificação de documento público, que deverá ser processado na cidade de Acrelândia/AC.
- (D) falsificação de documento público em concurso formal com estelionato, que deverá ser processado na cidade de Rio Branco/AC.

QUESTÃO 53

Leia o caso a seguir.

Um homem provoca em si mesmo uma ereção num ônibus coletivo ao se sentir atraído por uma mulher que estava sentada ao seu lado, vindo a ejacular em sua roupa.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O homem praticou o crime de

- (A) estupro.
- (B) importunação sexual.
- (C) violação sexual mediante fraude.
- (D) assédio sexual.

QUESTÃO 54

Leia o caso a seguir.

Um homem é réu primário e é condenado por crime cometido com violência à pessoa, fixando o juiz a pena-base no mínimo legal, que é de 6 (seis) anos de reclusão.

Elaborado pelo(a) autor(a).

O regime inicial de cumprimento da pena será o

- (A) semiaberto, proibida a fixação de regime inicial mais gravoso com base apenas na gravidade do delito.
- (B) fechado, proibida a fixação de regime inicial mais gravoso com base apenas na gravidade do delito.
- (C) semiaberto, permitida a fixação de regime inicial mais gravoso com base apenas na gravidade do delito.
- (D) fechado, permitida a fixação de regime inicial mais gravoso com base apenas na gravidade do delito.

RASCUNHO**QUESTÃO 55**

A Lei nº 13.964/2019, popularmente conhecida como Lei "Anticrime", promoveu alterações substanciais na Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. Dentre tais modificações, muitas se referem ao acordo de colaboração premiada, o qual pode implicar em:

- (A) não oferecimento de denúncia penal de infração de cuja existência não se tinha prévio conhecimento, ainda que o colaborador não seja o primeiro a prestar colaboração.
- (B) perdão judicial, redução da pena limitada à metade ou substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.
- (C) não oferecimento de denúncia penal de infração de cuja existência não se tinha prévio conhecimento, ainda que o colaborador seja líder da organização criminosa.
- (D) não homologação pelo juízo dos benefícios acordados diante de repercussão social do fato criminoso.

QUESTÃO 56

Leia o caso a seguir.

O Ministério Público ofereceu denúncia contra um homem por ele ter produzido lesões com uso de faca em sua companheira, capitulando o fato criminoso como tentativa de homicídio qualificado. Ao longo da instrução, ainda na primeira fase do procedimento do Tribunal do Júri, surgiram provas consistentes de que não havia intenção de matar. O juiz desclassificou o crime e remeteu os autos da vara do Tribunal do Júri para a vara criminal competente. Nessa vara criminal, o Ministério Público não aditou a denúncia e se limitou a apresentar alegações finais, requerendo a condenação do homem pelo crime de lesão corporal grave. O juiz condenou o réu por lesão corporal grave, rejeitando a alegação da defesa de nulidade em decorrência do não aditamento da denúncia.

Elaborado pelo(a) autor(a).

No caso em tela, foi empregado o instituto da

- (A) *emendatio libelli*, atuando erroneamente o juiz, pois era indispensável o aditamento da denúncia pelo Ministério Público.
- (B) *mutatio libelli*, atuando erroneamente o juiz, pois era indispensável o aditamento da denúncia pelo Ministério Público.
- (C) *emendatio libelli*, atuando corretamente o juiz, pois era dispensável o aditamento da denúncia pelo Ministério Público.
- (D) *mutatio libelli*, atuando corretamente o juiz, pois era dispensável o aditamento da denúncia pelo Ministério Público.

QUESTÃO 57

A denominada cadeia de custódia, regulamentada no Código de Processo Penal a partir de alterações promovidas pela Lei nº 13.964/2019 (Lei "Anticrime"), corresponde ao conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes. Considerando o disposto no Código de Processo Penal, haverá quebra da cadeia de custódia quando ocorrer

- (A) a realização da coleta de vestígios por perito não oficial.
- (B) o rompimento do lacre do recipiente para acondicionamento do vestígio.
- (C) a substituição do exame de corpo de delito direto pelo indireto.
- (D) a remoção de vestígios do local do crime antes da liberação pelo perito.

QUESTÃO 58

Considerando os entendimentos sumulados do Superior Tribunal de Justiça, há competência da justiça comum estadual para o julgamento de

- (A) crime em que o indígena figure como autor ou vítima.
- (B) crime cometido por prefeito por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.
- (C) crime de falso testemunho cometido no processo trabalhista.
- (D) crime de uso de passaporte falso, se a falsidade não for constatada em país estrangeiro.

QUESTÃO 59

Leia o caso a seguir.

Um homem foi condenado em decisão final transitada em julgado pela prática do crime de homicídio qualificado. Determinado o seu recolhimento à prisão, o homem fugiu para um país vizinho, onde foi vítima de um acidente de trânsito e faleceu. Após sua morte, a suposta vítima do homicídio qualificado aparece com vida, trazendo provas definitivas de que o homem não havia cometido o crime pelo qual foi condenado. A viúva do homem ajuíza revisão criminal, postulando indenização pelo erro judiciário.

Elaborado pelo(a) autor(a).

No caso narrado, a revisão criminal é

- (A) inadmissível, pois o cônjuge não é parte legítima para ajuizamento.
- (B) admissível, assegurado o direito à indenização por erro judiciário.
- (C) inadmissível, pois o condenado não se recolheu à prisão e estava foragido.
- (D) admissível, afastado o direito à indenização por erro judiciário.

QUESTÃO 60

A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas, nos termos da Lei nº 9.807/1999, é indevida quando determinada em razão de

- (A) solicitação do interessado, que poderá retomar o nome original alterado para fins de proteção.
- (B) cessação dos motivos da proteção, conforme decisão do conselho deliberativo.
- (C) excesso do prazo de dois anos, o qual é considerado improrrogável.
- (D) conduta incompatível do protegido, conforme decisão do conselho deliberativo.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA**Questão 01**

Leia o caso a seguir.

O patriarca da família B. faleceu em 2016, ensejando a transmissão de sua herança. Durante o inventário dos bens do *de cujus*, foi identificado o registro de nascimento de mais um filho.

Houve notícias de antigos vizinhos de que B. teria um filho de outro relacionamento anterior, mas que tal pessoa foi vítima de homicídio quando B. morava em outro estado e que não houve, portanto, participação de familiar nos trâmites de sepultamento, e ainda que tal pessoa não teria chegado a casar ou ter filho.

Os demais herdeiros decidiram então promover uma busca cartorária visando encontrar qualquer registro do irmão. Não tiveram sucesso.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Pelo exposto, identifique o instituto jurídico do Direito Civil presente no caso do potencial herdeiro desaparecido e descreva os procedimentos e providências em relação a herdeiro desaparecido para o regular prosseguimento da sucessão dos bens do senhor B.

Questão 02

Leia o caso a seguir.

Um homem é condenado, em decisão definitiva transitada em julgado, por homicídio qualificado por motivo fútil, em razão de ter matado um desconhecido numa briga de bar. Foi estabelecida a pena-base no mínimo legal de 12 (doze) anos de reclusão, diante da ausência de circunstâncias agravantes e da presença de circunstâncias judiciais favoráveis. O réu respondeu ao processo judicial em liberdade, tendo sido fixada, durante os 3 (três) anos que o processo tramitou, medida cautelar diversa da prisão, qual seja a proibição de frequentar bares e estabelecimentos semelhantes.

Recolhido à penitenciária para o início do cumprimento definitivo de pena, após 1 (um) ano, o apenado foi flagrado em posse de aparelho celular, o qual utilizava para manter comunicação com seus familiares. Instaurado procedimento para apuração da falta, no qual se assegurou o direito de defesa, mas não se realizou perícia no aparelho celular apreendido, aplicou-se de forma motivada a sanção de restrição de direitos consistentes em limitação do contato com o mundo exterior, pelo prazo de 30 (trinta) dias. Após o episódio, não foram cometidas faltas e o apenado tem apresentado bom comportamento, apenas não trabalhando ou estudando no período por ausência de estrutura da penitenciária para assegurar tais possibilidades.

Elaborado pelo(a) autor(a).

Analise o caso em tela considerando os seguintes aspectos: viabilidade ou não de detração em razão do tempo de cumprimento de medida cautelar diversa da prisão; adequação do procedimento para imputação de falta e da sanção aplicada em consequência dele; tempo necessário para a progressão de regime pelo apenado e termo inicial para contagem deste tempo.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30